REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Preços da assignatura	Anno — 36 n.os	Semest. — 18 n.os	Trim. — 9 n.os	N.º á entrega
Portugal (franco de porte, m. forte)	3$800	1$900	$950	$120
Possessões ultramarinas (idem)...	4$000	2$000	—$—	—$—
Extrang.(união geral dos correios)	5$000	2$500	—$—	—$—

13.º ANNO — VOLUME XIII — N.º 408

21 DE ABRIL DE 1890

REDACÇÃO—ATELIER DE GRAVURA—ADMINISTRAÇÃO

LISBOA L. DO POÇO NOVO, ENTRADA PELA T. DO CONVENTO DE JESUS, 4

Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe, e dirigidos á administração da Empreza do OCCIDENTE, sem o que não serão attendidos. — Editor responsavel, Caetano Alberto da Silva.

CHRONICA OCCIDENTAL

Não nos enganámos na nossa ultima chronica, quando referindo-nos ao monstruoso crime do Porto, de que fomos um dos primeiros a fallar, e de que então não podemos dizer tudo que já sabiamos, por nos termos a isso compromettido com a policia de Lisboa, a quem o maior segredo era necessario para o bom resultado das suas pesquizas, calculámos que em breve esse crime estaria provado e o seu mysterioso e embrenhado enredo viria á luz publica.

Dez dias apenas são decorridos e em um dos carceres da cadeia da Relação está já preso e incommunicavel o supposto auctor de esse infamissimo crime, aquelle sobre quem recaem não só todas as suspeitas e a quem todos os indicios, accusam mas contra quem tambem ha já provas esmagadoras, tão esmagadoras que apezar do crime de envenenamento ainda não estar provado pelos resultados da autopsia toda a gente hoje está convencida que esse envenenamento se deu, e que o accusado foi o envenenador.

Essas provas não foram faceis de encontrar: o crime apresentou-se envolto n'um mysterio denso como raros crimes se apresentam, e é verdadeiramente um grande triumpho para a policia portugueza, uma grande gloria para o dr. Pedroso de Lima, o commissario da 2.ª divisão policial de Lisboa, que dirigiu na capital as pesquizas mais difficeis d'esse crime, e para o chefe Ferreira da policia secreta que com elle trabalhou, a rapidez, a precisão com que essas provas foram procuradas e encontradas, com que em tão curto espaço de tempo a policia, em crime tão mysteriosamente planeado e praticado, accumulou provas terriveis, irrefutaveis contra o seu auctor, que não é um criminoso vulgar, que é um homem de sciencia, um medico distincto, um homem que pela sua alta posição scientifica — lente da escola medica do Porto, pela sua respeitabilidade official, pelo seu parentesco com as victimas, pela sua riqueza, por todas as razões em summa, parecia estar ao abrigo de todas as suspeitas.

O GENERAL DE CAPRIVI

NOVO CHANCELLER DO IMPERIO ALLEMÃO

Este crime tão extraordinario, tão hediondo, revestido de todas as circumstancias mais aggravantes e mais asquerosas, em que a mais dedicada boa vontade não pode encontrar a mais ligeira atenuante, causou, como não podia deixar de ser, profunda sensação em todo o paiz, principalmente em Lisboa e Porto, e todos os jornaes se tem n'estes ultimos dias referido a elle largamente, contando em extensas noticias todos os pormenores que vão sabendo, todas as peripecias que se vão dando.

Não transcreveremos esses longos artigos nem faremos um apanhado d'essas noticias e contaremos esse crime como d'elle tivemos noticia, acompanhando passo a passo as investigações policiaes, investigações a que assistimos com o interesse d'um artista, e que hoje já podemos narrar, pois deixaram de ser segredo policial.

Na sexta feira de paixão sahi de casa para procurar um rapaz muito conhecido em Lisboa, a quem precisava fallar urgentemente n'esse dia, mas de quem ignorava a morada.

Procurei-o no Chiado onde elle costuma d'ordinario parar: não o encontrei; Perguntei a varias pessoas onde elle morava: ninguem sabia.

— Onde hão de saber isso é no Governo Civil, elle vae por lá muito, disseram-me.

Fui ao Governo Civil.

O Pedroso de Lima estava no seu gabinete, mas estava visivelmente preoccupado, e no gabinete havia um movimento pouco habitual.

O chefe Ferreira andava para fóra e para dentro dando conta ao Pedroso de Lima evidentemente das respostas de pessoas que estava interrogando no seu gabinete: de vez em quando a ordenança vinha trazer telegrammas que Pedroso de Lima abria logo com grande anciedade, e lia depois demoradamente, confrontan-

do-os com os que estavam já em masso sobre a mesa. Sobre essa mesa estavam tambem duas caixas de cartão abertas, com amendoas dentro: ao lado n'um papel boubons de chocolate pequenos, do formato de rebuçados d'ovos: n'outro papel uns boubons de chocolate grandes, um d'elles aberto ao meio mostrando um recheio de crême....

Mais adiante, em frente de Pedroso de Lima um grande masso de conhecimentos das encommendas postaes. De vez em quando, Ferreira entrava, pegava n'esse masso, procurava, tomava notas, tornava a sahir. Tudo isso deu-me que scismar, tanto mais que, como já disse na minha ultima chronica, tinha lido na vespera n'um jornal a noticia do envenenamento no Porto por meio das amendoas, não ligara a isso importancia alguma, não suspeitando da existencia d'um crime, e nem sabendo sequer que uma das creanças envenenadas era a filha de José Antonio Sampaio Junior, o Sampaio que eu conhecera no Porto, que tanto me obsequiára no Hotel de Paris, e de cuja morte tivera havia poucas semanas noticia.

Perguntei ao Pedroso de Lima o que queria dizer aquillo tudo, aquella *étaloge* de amendoas e *boubons*. Elle ao principio respondeu-me a brincar, depois sob minha palavra de que a ninguem diria cousa alguma, contou-me o que se passava.

Havia suspeitas serias de que o envenenamento pelas amendoas não fôra casual, e que esse envenenamento não se dera pelas amendoas mas sim por uns bolos de chocolate com côco ou creme que iam ao de cima da caixa.

No Porto ia-se proceder á autopsia do pequeno Mario que morrera n'esse mesmo dia, e foi então que eu soube que a pequena Bertha Sampaio a quem o presente das amendoas tinha sido endereçado era a filha do pobre Sampaio, a gentil creança que eu ha dois annos conhecera no Porto.

O papel em que as caixas das amendoas tinham ido embrulhadas e o endereço estavam tambem sobre a mesa do commissario.

A lettra d'esse endereço parecia-se alguma coisa com a lettra d'uma carta que lá estava tambem. Essa parecença dava-se muito em algumas lettras, n'outras porém desapparecia completamente.

A policia andava já na pista do auctor do crime, mas essa pista era falsa e como parece hoje provado, tinha sido preparada de proposito pelo verdadeiro criminoso para desorientar as pesquizas policiaes.

A lettra do endereço a Bertha Sampaio parecia-se com a lettra do sr. Carlos d'Almeida, um distinctissimo curioso dramatico, que n'uma scena curiosa, que tem feito ahi em alguns theatros em recitas particulares.—*O Charuto* tem alcançado enorme successo.

Escrevemos aqui o nome do sr. Carlos d'Almeida a quem não temos o prazer de conhecer pessoalmente, porque esse nome foi já publicado nos jornaes, e porque nenhum desaire lhe cahe em ter figurado n'este negocio como figurou.

O sr. Carlos d'Almeida é tio de Bertha Sampaio, era irmão da mãe d'ella fallecida ha dois annos. Uns indicios vindos do Porto e corroborados pela parecença da lettra do endereço das amendoas com a lettra do sr. Carlos d'Almeida fizeram recahir sobre elle as primeiras suspeitas da policia.

Chamado no dia immediato ao commissariado as declarações francas e categoricas do sr. Carlos d'Almeida fizeram cahir por terra todas as suspeitas.

Não era elle evidentemente o auctor do crime; era outro, e os resultados das pesquisas feitas começaram a indicar á policia que esse outro podia ter tambem proximo parentesco com as victimas.

E d'um lado os resultados das pesquizas que se iam fazendo, e do outro o raciocinio logico que quando ha um crime faz logo procurar quem é a pessoa a quem esse crime interessa, deram razão plena a essas suspeitas.

As tres creanças envenenadas eram netas do sr. Sampaio, riquissimo linheiro, muito conhecido no Porto.

O sr. Sampaio que ainda vive como tambem sua esposa, teve tres filhos, dois rapazes, Antonio Sampaio Junior, e Guilherme Sampaio, ambos já fallecidos, e uma senhora que vive ainda e que é casada com o dr Urbino de Freitas lente da Escola Medica do Porto e medico distincto principalmente no tratamento de doenças cutaneas, de que tomou a especialidade.

Ambos os filhos do sr. Sampaio casaram, mas tanto elles como suas esposas são já fallecidos.

Guilherme Sampaio deixou dois filhos. Mario e Maria, parece-me. Antonio Sampaio uma filha, Bertha: as tres creanças envenenadas pelas amendoas.

Ora a quem aproveitava a morte d'essas tres creanças?

O sr. Sampaio possue uma avultada fortuna: seis mil contos dizem uns jornaes, seiscentos contos dizem outros—entretanto 600 ou 6:000 o que é certo é que e uma importante fortuna.

Quem eram os herdeiros d'esses abastados haveres?

Sua filha casada com o dr. Urbino de Freitas, seus netos filhos de Guilherme Sampaio, sua neta filha de José Sampaio.

Morrendo esses netos, filhos de seus filhos, a herança do sr. Sampaio em vez de ser devidida em 3 lotes, ia toda em grosso para a unica herdeira sobrevivente, a filha do sr. Sampaio casada com o dr. Urbino de Freitas.

A quem interessava portanto o crime? Quem ganhava com a morte das tres creanças? Era claro que o dr. Urbino de Freitas.

E ao mesmo tempo que este raciocinio o accusava e compremettia, surgiam da investigação do crime indicios não menos accusadores.

O dr. Urbino de Freitas que se recusara sempre a tratar seus sobrinhos e seus sogros sob o pretexto de parentesco, foi quem tratou dos seus sobrinhos quando elles adoeceram, logo em seguida ao terem comido as amendoas.

O dr. Urbino de Freitas que é um medico inegavelmente distincto, vendo as tres creanças doentes com todos os symptomas de envenenato, tomou esses symptomas como os d'uma indigestão passageira causada por terem comido amendoas de mais e tratou-as com remedios caseiros.

Quando o avô das creanças vendo-as peiorar a olhos lentos, mandou chamar outro medico, esse medico reconheceu immediatamente o envenenamento que o dr. Urbino não reconhecera e disse logo, que quem se devia chamar era o commissario de Policia.

E o dr. Urbino ouvindo isto, pediu a sua sogra que não dissesse ao commissario que elle tratára os pequenos, porque a lei prohibe isso, e o commisario embirrava com elle.

E o pequeno Mario morreu em seguida a um clister dado pelo dr. Urbino, e dizendo que morria d'esse clyster, e os outros dois pequenos que escaparam recussaram-se a tomar esse clyster. que o dr. Urbino lhes queria dar tambem.

Ao mesmo tempo uma senhora ingleza a quem já nos referimos na nossa chronica anterior communicava á policia de Lisboa as suspeitas que tinha de que a morte de José Antonio Sampaio Junior, com quem estava para casar e que morreu nos seus braços no Hotel de Paris não fôra natural. Conta promenores d'essa morte. O dr. Urbino — sempre este senistro personagem figurando em todas as scenas lugubres d'este drama — foi quem tratou de seu cunhado, e tratou o d'um ataque de influenza, que era o que Sampaio tinha, dando-lhe injecções hypodermicas.

E depois d'essas injecções, Sampaio peiorara consideravelmente perdeu a vista e o ouvido: e quando estava já melhor o dr. Urbino ministrou-lhe uma terceira injecção ou antes apresentou o liquido para o dr. Godinho de Faria lh'a ministrar — liquido em que estivera mechendo antes no vão d'uma janella — e Sampaio morreu depois d'uma injecção. E o dr. Godinho suspeitára tambem que Sampaio estava envenenado, mas o dr. Urbino seu cunhado e seu assistente, não fizera caso algum d'essa suspeita.

E com a morte de Sampaio quem lucrava era o dr. Urbino. E como se tudo isto não bastasse ainda: apenas no Porto começou a suspeitar-se de que o envenenamento dos netos do sr. Sampaio. fôra intencional, o dr. Urbino de Freitas pediu licença na eschola para se ausentar durante dois mezes e pediu passaporte para sahir do Reino sob pretexto de tratar da sua saude.

E para cupula de toda esta enorme accusação, cahiram ainda nas mãos da policia de Lisboa umas cartas escriptas pelo dr. Urbino ao sr. Adolpho Coelho, seu amigo, cartas em que elle antes de pessoa alguma lhe imputar o crime, falla já n'essa imputação e pede em nome da sua amisade ao sr. Coelho, que se o interrogarem, diga que esteve hospedado em sua casa no mez de março por duas vezes que viera a Lisboa, confessou voluntariamente e expontaneamente que por duas vezes aqui viera n'esse mez, vindas que o compremetiam immenso. que não póde negar, porque houve quem o visse e de que não póde confessar o motivo, pois esse motivo fôra umas relações amorosas com uma mulher casada cujo nome não dirá nunca.

E para accentuar bem a importancia excepcional d'essa carta, o dr. Urbino pede n'ella ao seu amigo, que depois de a lêr a rasgue ou queime.

E agora, digam-nos, casando o raciocinio de quem aproveita com o crime, com todas estas circumstancias especialissimas d'uma gravidade extrema, em que parece que o Acaso indignado com a monstruosidade do crime quiz tomar para si o papel de delegado do ministerio publico, será preciso que a autopsia falle ou que mais provas se apresentem para julgar o criminoso?

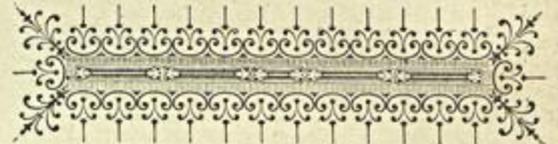
A consciencia de cada qual que nos responda.

Eu sei que ás vezes as apparencias enganam, que o acaso quando lhe dá para comprometter uma pessoa enreda romances e cria situações diabolicas que a phantasia de Ponson de Terrail ou Emilio Gaboreau nunca criou, mas no caso presente parece-nos muito difficil admittir essa possibilidade, em face de todas essas circumstancias que não podem explicar-se senão pelo crime, em face do tratamento das creanças envenenadas, do tratamento do pobre Sampaio, em face da carta escripta ao sr. Adolpho Coelho, e ainda em face da attitude do accusado em frente d'essa carta, da perturbação enorme e bem visivel, que não poude occultar, ao ver cahir por terra a lenda que tão bem architectada julgava.

Entretanto, apesar de ter já entregado o dr. Urbino á justiça, a policia não deu ainda por terminados as suas pesquizas e trabalha activamente para reconstruir toda a historia do crime e descobrir se o dr. Urbino tem ou não algum cumplice e se foi elle quem de Lisboa enviou as amendoas ou algum seu mandatario.

Vae longa de mais esta chronica e toda ella occupada por esse medonho crime que é o caso de maior sensação que n'estes ultimos tempos se tem dado em Portugal. e por ir já muito longe não podemos senão registar a triste noticia da morte do sr. Antonio Pereira da Cunha, um dos mais illustres membros do partido miguelista, escriptor de talento e homem honestissimo; e a noticia da chegada do illustre explorador Serpa Pinto, que chegou precisamente no dia em que fazia annos, podendo assim passar o resto d'esse dia na companhia de sua esposa, o de sua amantissima filha a quem o arrojado explorador adora.

Damos-lhe aqui as nossas boas vindas.

Gervasio Lobato

AS NOSSAS GRAVURAS

O GENERAL DE CAPRIVI

NOVO CHANCELLER DA ALLEMANHA

Para occupar o logar de chanceller do imperio da Allemanha, vago pela sahida do principe de Bismarck, foi nomeado o general de Caprivi de que publicâmos o retrato na primeira pagina.

Jorge Leão de Caprivi e Montecuculli general do exercito allemão, nasceu em Berlim a 24 de fevereiro de 1831, filho de um magistrado do supremo tribunal de justiça.

Descendente de uma familia illustre, principiou os seus primeiros estudos no collegio de Werder, e aos desoitos annos de idade entrou no regimento de granadeiros de Guardia de Francisco José, obtendo o posto de segundo tenente em 1850 depois de ter cursado a Escola de Guerra.

Em 1859 foi promovido a tenente e dois annos depois elevado a capitão, sendo, em 1866 aggregado ao commando do estado maior do exercito prussiano de operações na Bohemia, na guerra contra a Austria.

De Caprivi tomou parte activa na guerra da Prussia contra a França em 1870, e tinha então o posto de tenente coronel chefe do estado maior do exercito sob as ordens do general de Voigth-Rhetz.

N'esta guerra se distinguio pelo seu valor e tactica na batalha de Resonville, a 16 de agosto, fasendo com que a sua artilheria semiasse a desordem nos esquadrões da divisão franceza commandada pelo general Fortoul; facilitando aos husares de Brunswick ensejo de dar na artilheria franceza uma valente carga, em que correu imminente perigo de ficar prisioneiro o general Bazaine com todo o seu estado maior; e determinando por fim o general de Vaigth-Rhetz a operar o movimento do decimo corpo do exercito, que cortou a marcha do exercito francez a Verdun, obrigando-o a recolher a Metz.

Encontramos de Caprivi, em 1874, chefe de uma secção do ministerio da guerra, e com o posto

de coronel aggregado ao Estado-maior, fazendo estudos importantes sobre artelheria.

Em 1876 foi nomeado chefe da commissão militar allemã para assistir as manobras do exercito russo, e com egual cargo assistiu as manobras do exercito francez em 1881.

Em 1878, sendo já general de divisão, foi nomeado governador militar de Metz, onde delineou o plano das novas fortificações d'aquella praça de guerra.

Tendo sido, em 1882, demettido da pasta da marinha o general Storch, o imperador Guilherme I nomeou o general de Caprivi para este logar, que elle desempenhou com grande proveito para a marinha allemã, pela boa administração que fez activando a mobilisação da armada e dando grande desenvolvimento ao estudo dos torpedeiros.

De Caprivi deixou o ministerio da marinha em 1888 para tomar o commando do decimo corpo de exercito de occupação no Hannover, o foi n'esta posição que o imperador Guilherme II o nomeou chanceller do imperio.

Pelas breves notas que ficam apontadas vê-se que o novo chanceller foi escolhido entre os generaes mais distinctos do exercito allemão.

As declarações do novo chanceller no parlamento são extremamente conciliadoras á manutenção da paz. Assim o considera toda a imprensa Europea.

A EMBAIXADA DO MAPUTO A PORTUGAL

O Maputo é um paiz na Africa Oriental, situado ao sul de Lourenço Marques. Paiz rico pelas suas condições naturaes, os seus habitantes são uma raça altiva e forte, extremamente amigos dos portuguezes, e reconhecendo a soberania de Portugal.

É por causa d'essa soberania que a embaixada veio a Lisboa, enviada pela rainha regente do Maputo, ao rei de Portugal, afim de elle acceitar a vassalagem da parte do paiz de Maputo que não está sob a soberania de Portugal.

Quando, em 1875, se resolveu a questão dos direitos de Portugal sobre Lourenço Marques disputados pela Inglaterra, questão resolvida a favor de Portugal por sentença arbitral de Mac-Mahon, houve um erro ou ignorancia de geographia, que fez com que o paiz de Maputo ficasse politicamente dividido em duas partes, uma das quaes sob a soberania portugueza, e a outra independente.

Na parte sujeita á soberania de Portugal é que reside o regulo e governo indigena.

A parte independente, porém, principiou a ser cubiçada pelos inglezes, e fizeram uma convenção mais ou menos forçada com os indigenas, para que elles não dispozessem d'aquella parte do seu paiz sem previa authorisação da Inglaterra.

Não se limitando os inglezes a esta convenção a seu modo, foram tratando de se apossarem dos territorios do Maputo e de tal arte, que a Regente na menoridade de seu filho Guanasi regulo do Maputo, poz todo o paiz sob a protecção de Portugal.

Não quiz o governo portuguez acceitar então essa vassalagem de todo o paiz, mas, guardar lealdade á Inglalerra, apezar d'esta lhe não ter communicado officialmente nada a respeito da convenção que fizera com os indigenas.

É n'esta situação que a regente do Maputo envia a Portugal uma embaixada para insistir com o governo portuguez para que elle acceite a completa vassalagem de todo o paiz do Maputo.

Não é ainda conhecida a resolução do governo portuguez sobre este assumpto, pois, apezar da embaixada ter retirado para Africa no dia 6 d'este mez, parece que não levou resposta definitiva, porque o *induna* ou ministro, ao despedir-se da Sociedade de Geographia, pedia a esta sociedade que protegesse a sua causa perante o governo portuguez.

A embaixada é composta de oito africanos, bellos typos, vigorosos como se podem vêr na nossa gravura feita sobre uma excellente photographia do sr. Camacho.

N'esta photographia os maputumanos apresentam-se com o seu trage de gala, armados de escudos e azagaias, e com as espantosas barretinas de pelles emplumadas que fazem lembrar os antigos porte-machados.

Com esta embaixada veio um europeu, o sr. Gustavo Bruheim, allemão, que vive ha 15 annos no paiz de Maputo, e que é casado com uma filha da Rainha Regente que enviou a embaixada.

O sr. Bruheim acompanhou a embaixada como interprete. D'elle publicamos tambem o retrato, junto com a gravura da embaixada.

APONTAMENTOS SOBRE A MARINHA DE GUERRA DOS DIVERSOS PAIZES

(Continuado do n.º 402)

MARINHA PORTUGUEZA

Não tencionava-mos tratar já da nossa marinha de guerra, porém resolvemos agora, attendendo tanto á questão Anglo-Luza como tambem aos diversos alvitres que se apresentam para o augmento da nossa marinha, projectos, etc.

Uma das causas principaes da decadencia da marinha portugueza, parece-nos ser, além do nosso culpavel indifferentismo pelas cousas publicas, o não haver tambem á testa do respectivo ministerio, homens que pelos seus conhecimentos do assumpto, compenetrando-se do que era preciso fazer, dessem á nossa marinha de guerra o impulso preciso para a collocar á altura da missão que tem a cumprir. Na maior parte dos paizes vemos como ministros da marinha officiaes distinctos d'aquella arma.

Aqui nos ultimos tempos temos tido, por exemplo, como ministros da marinha os srs. Mendes Leal, Latino Coelho, Andrade Corvo, Julio de Vilhena, Pinheiro Chagas, Thomaz Ribeiro, Conde de S. Januario, Henrique de Macedo, Resano Garcia, João Arroyo, etc.homens muito distinctos pelos seus profundos conhecimentos e intelligencia, que muito respeitamos, mas a falta de conhecimentos especiaes e a pouca duração dos seus governos, lhes não permitte dar todo o desenvolvimento necessario á marinha.

De passagem diremos que aquelle ministerio é o escolhido de preferencia para a aprendizagem dos ministros.

Ora não havendo quem dirija bem como pódem os diversos ramos de serviço que estão dependentes d'essa direcção, dar o resultado desejado?

E senão examinemos de passagem e em breves palavras o que vae pelo arsenal da marinha, o primeiro do paiz.

Vemos que desgraçadamente queremos construir uma machina para uma canhoneira, e é preciso mandal-a fazer a Inglaterra; queremos uma obra de fundicção, ou se manda fazer fóra ou então vêem artistas estrangeiros para dirigir o trabalho; não quer isto dizer que os nossos artistas o não saibam fazer, isso não, simplesmente os nossos operarios não estão costumados á maioria d'esses trabalhos, porque sempre se dão a fazer fora, especialmente á Inglaterra.

Ha pouco ainda os nossos operarios, pediram ao ministro da marinha que a machina da «Diu» fosse aqui feita, pois não se fez assim, foi construida em Inglaterra.

Ha uma eterna desculpa, é que os nossos operarios não estão acostumados: de quem é a culpa? de quem os não deixa acostumar, porque elles bem o podem.

Nós precisamos de brigues-escólas, começou-se a construir o «Camões» que ardeu, pois nunca mais se pensou em construir outro, e até a propria carreira em que elle estava foi desmanchada, parece que havendo tambem projecto de se desmanchar a outra que existe. Então para que serve o arsenal? É só para construir escaleres?

Parece.

Aqui á nossa vista os navios que desarmam quasi todos são abandonados; os que vão para a Africa por lá ficam, quasi nenhuns voltam á metropole taes como os Lena, Tete, Praia Grande, Guiné, Auxiliar, etc.

Se isto é proteger a nossa marinha e tratar d'ella como preciza de o fazer um paiz colonial como o nosso, então não sabemos o que seja proceder com criterio.

Ha annos bastantes construiu-se no arsenal um pequeno vapor de ferro, o «Azinheira» que sahiu regular, podia continuar-se n'estas construcções, mas não se continuou.

Porque seria?

Se formos comparar a nossa marinha de guerra com a da Hollanda, Suecia e Dinamarca, paizes mais pequenos de que o nosso, ficamos realmente admirados e envergonhados.

A Hollanda tem 24 couraçados e 66 não couraçados além de pequenos vapores, canhoneiras menores, muitos torpedeiros, vapores transportes, navios escólas, etc.

A sua maior artilheria é de 13, 25 e 28 toneladas.

A Suecia, 16 couraçados, 22 não couraçados, transportes, pequenas canhoneiras, muitos torpedeiros, etc.

A maior artilheria dos seus navios é de 15, 24, 27 e 29 toneladas.

A Dinamarca, 12 couraçados, 13 não couraçados, muitos torpedeiros pequenos, outros navios e as suas costas maritimas muito bem armadas com grossa artilheria.

Os maiores canhões dos seus navios são de 13, 18, 28, 30 e 52 toneladas.

E nós temos um couraçado e 23 não couraçados, entrando n'este numero 6 corvetas que, á excepção de uma a *Affonso de Albuquerque* as, mais estão todas em mau estado, 15 canhoneiras, mais dois transportes, pequenas canhoneiras, vapores da fiscalisação, 1 rebocador e 5 torpedeiros.

Damos em seguida a lista guardando mais para diante fazer uma discripção de cada navio acompanhada de gravura: Couraçado: *Vasco da Gama*, Corvetas: *Estephania, Bartholomeu Dias, Affonso d'Albuquerque, Rainha de Portugal, Mindéllo* e *Duque da Terceira*.

Canhoneiras: *Vouga, Zambeze, Tejo, Douro, Zaire, Liberal, Tamega, Rio Lima, Sado, Bengo, Mandovi, Guadiana, Rio Ave, Quanza, Diu* e *D. Luiz*, estas duas ultimas em construcção.

Pequenas canhoneiras: *Julio de Vilhena, Cacongo, Massabi, Loge* e *Nogui*.

Fragata: *D. Fernando* (a vela) que serve de escóla de artilheria naval.

Corvetas á vela: *Sagres* e *Palmella*, esta que serve de escóla de alumnos marinheiros em Lisboa, e aquella em egual serviço no Porto.

Esquadrilha da fiscalisação, canhoneiras: *Tavira, Açor, Lagos* e *Faro*.

Barca transporte á vela: *Cabinda*. Rebocador: *Lidador* e Lanchas: *Sergio, Taipa, Portimão* e *Rio Minho*.

Transportes a vapor: *Africa* e *India*.

Reunindo tados os navios portuguezes dá em total de 42, mas em qualquer annuario naval, parte d'estes navios, não são mencionados porque os não consideram navios de combate.

(Continúa) *Grumete.*

ESTUDOS HISTORICOS

O GENERAL GOMES FREIRE

(CAMPANHAS EM PORTUGAL E FRANÇA)

II

O suspeito

(Continuado do n.º 401)

Terminara a guerra, no Norte da Hespanha, contra a Republica franceza.

Estava feita a paz acceitando, o *Directorio executivo*, a mediação do rei de Hespanha em favor das nações que aquelle tratado não alcançava: Parma, Piemonte e *Portugal!!*

Não consta, em documento algum da epocha, que exercitos piemontezes ou do grão duque de Parma viessem á Hespanha com o fim de a auxiliar na sua campanha contra a Republica.

Com Portugal era o caso muito differente. Fornecera a el-rei Carlos IV uma divisão de 5:000 homens que se bateu em favor d'este, durante dois annos, ficando Portugal, *unicamente por esse facto*, em guerra com a França. Com Portugal era o caso differente porque se fizera entre as côrtes de Madrid e de Lisboa um tratado de alliança offensiva e defensiva; e n'esse tratado, o de 15 de julho de 1793, se obrigavam *suas ditas magestades a fazer causa commum na dita guerra.*

Como é que a *nossa amiga* Hespanha se apartava da *causa commum*, ficando por mediadora entre nós e o inimigo? N'esse caso estava do lado do inimigo, do francez, do republicano! Eram nossos alliados os hespanhoes, e estavam do lado do inimigo, eram monarchicos do direito divino, e estavam com a republica que declarára tyrannos todos os reis; e como tal: réus de lesa-nação condemnados á morte! Portuguezes e hespanhoes são de raças irmãs, mas Carlos IV passava-se para a França guerreando seus filhos—os soberanos de Portugal!

Para que a navalhada da *cuchilla* de Godoy fosse bem funda, nem sequer a divisão portugueza foi conduzida a Lisboa por conta de quem tanto interesse tirára do seu auxilio. Viéram em navios hespanhoes. Mas em um officio do presidente do conselho Luiz Pinto de Souza, de 26 de dezembro de 1795, se prova que os hespanhoes receberam 80 contos de réis por essa conducção!

Não consta porém, em compensação, que a Hespanha nos indemnisasse da despeza que fizemos

O INTERPRETE DA EMBAIXADA, MR. GUSTAVO BRUHEIM — OS ENVIADOS, NO SEU TRAJE DE GALA

A EMBAIXADA DO MAPUTO

(Segundo uma photographia de Camacho)

quando a expedição foi para lá *a bordo da nossa esquadra*, em Novembro de 1793.

Muito devemos á monarchia hespanhola em auxilios e lealdade!

A guerra de que vamos agora tratar, por se destacar n'ella, como principal figura a de Gomes Freire, deixou-nos pobre de documentos para descrevel-a.

Nos *Excerptos* do general Chaby, tam ricos de subsidios para as de 1793-1795 e 1808-1811, nada encontramos sobre a de 1801. Na obra de Soriano da Luz alguma cousa se nos deparou. Porem na *Historia de Portugal* dirigida por Pinheiro Chagas, encontramos uma critica vehemente e justa, sobre as causas determinantes da desgraçada mos assim por um escrupulo de delicadeza nos obrigar a ler obras, referidas áquella epocha, da pessoa que devia escrever estes artigos, e seguir a mesma linha onde a nossa consciencia encontrasse a verdade. Por outra razão, preferimos tambem o trabalho do sr. conselheiro Chagas. E' que entre os livros consultados até agora, Thiers, Foy, Guizot, Soriano e Chaby, encontramos tantas contradicções e omissões, completando-se uns, contradizendo-se outros, que forçoso nos foi acceitar a media, isto é:—momorias particulares de alguns dos homens da epocha, comparadas com a opinião que d'elles faziam os historiadores citados—esta *media* pareceu-nos a seguida pelo sr. conselheiro Pinheiro Chagas no livro apontado. Além sos limites com esta potencia, abandonando-lhe os nossos terrenos a leste do Guadiana!

Triste papel o que representava a nossa alliada de 1793!!

O enviado extraordinario que então destacaramos para Madrid, era o nosso ministro em Paris D. José Maria de Souza Botelho, o celebre *Morgado Matheus*, que inutilmente se humilhou deante de D. Pedro Cevallos, de Luciano Bonaparte embaixador de França, e do primeiro ministro D. Manoel Godoy, duque de Alcudia.

Tudo porém foi baldado. As ordens de Napóleão Bonaparte a D. Carlos IV eram terminantes...

O *morgado Matheus* foi mandado sahir de Madrid logo no principio de março de 1801, concluin-

O COURAÇADO VASCO DA GAMA

Vid. art. — APONTAMENTOS SOBRE A MARINHA DE GUERRA DOS DIVERSOS PAIZES

guerra. E, como se tenha reparado referirmo-nos, por mais de uma vez, ao sr. conselheiro Pinheiro Chagas, a proposito da sua *Historia de Portugal*, entendemos dar uma explicação:

O ex.^mo sr. Caetano Alberto da Silva, intelligente director do OCCIDENTE disse-nos ser sua intenção, antes de nos convidar a escrever estes *Estudos Historicos*, pedir ao sr. conselheiro Pinheiro Chagas para se encarregar de esse trabalho; porém, como o estado do illustre escriptor [1] ainda não permittia ao sr. Caetano Alberto insistir sobre o seu projecto, fiou de nós este cavalheiro o encargo dos *Estudos Historicos*.

Portanto citamos e transcrevemos trechos da *Historia de Portugal* de Pinheiro Chagas de preferencia a outras, incluindo aquellas a que o mesmo elegante escriptor se soccorreu. E procede-d'isso o criterio que no seu trabalho se nos deparou, a par do calor patriotico, é são e convencedor. E, finalmente,—porque não devemos confessal-o?—a vehemencia de Pinheiro Chagas contra a subserviencia dos diplomatas d'aquelle tempo, animou-nos ao commettimento, fazendo-nos crêr n'um futuro reparador de tanto desastre.

Posto isto continuemos.

Pelo tratado com a França, de 29 de janeiro de 1801, foi o rei de Hespanha obrigado pelo governo do Primeiro Consul, a declarar guerra a Portugal, *a seus filhos* como dizia o senil hypocrita Carlos IV.

Só haveriamos probabilidades de paz nas seguintes condições:—abandonar a Inglaterra;—abrir os nossos portos aos francezes e hespanhoes e fechal-os aos inglezes;—entregar á Hespanha uma ou mais provincias como refens até que a Inglaterra lhe entregasse Mahon, Malta e Trindade;—indemnisar a França e Hespanha, e rectificar os nos-do assim a triste missão de encarregado das negociações com a França d'aquelle tempo. De nada lhe valeu a intelligencia, deante da fraqueza dos ministros de D. Maria I, da obsecação e velhacaria dos ministros hespanhoes, e da soberbia do francez.

A Inglaterra abandonára-nos. A Hespanha vendera-nos. Já antes de desenganado o *morgado de Matheus*, haviam sido dados os passaportes a D. Diogo de Carvalho e Sampaio, nosso residente em Madrid, ao passo que o duque de Frias pedira os seus como ministro de Hespanha em Lisboa.

A 2 de março de 1801 estava officialmente declarada a guerra entre Portugal e a Hespanha unida á França.

Novos dissabores ia a sorte reservar para o intrepido Gomes Freire então mestre de campo general.

Em 1801, o numero total do exercito portu-

[1] Infame attentado de fevereiro de 1889.

guez, no estado impossivel de entrar em campanha mal attingia o effectivo de 30:000 homens. Porém, segundo o costume, lá figurava nos papeis do illustre marechal-general com a bonita cifra de 52:000 homens.

O exercito hespanhol sob o commando superior do duque d'Alcudia, na força de 54:800 homens, era composto de sete divisões; a 1.ª devia atacar o Minho e Traz os-Montes; a 2.ª o Algarve. As cinco restantes occupariam o Alemtejo e observavam as provincias da Beira e Extramadura sendo protegidas por um corpo de exercito francez na força de 15:000 sob o mando de Leclerc, que devia estar em Ciudad Rodrigo.

O exercito portuguez, dividido em dois corpos de operações, um ao norte outro ao sul do Douro, era superiormente commandado pelo duque de Lafões que então tinha 82 annos de edade.

Segundo Luz Soriano o exercito do Alemtejo do general Forbes compunha-se de 12:000 homens; o da Beira do marquez de Alorna com milicias e tropa de linha attingia a cifra de 12:138 homens, e o do norte uns 3:000 homens sob as ordens do emigrado francez marquez de la Rosiére, tendo por mestre de campo o bravo Gomes Freire de Andrade.

Diz o sr. Pinheiro Chagas que nos generaes portuguezes havia a convicção de que a guerra não era séria, citando as seguintes phrases do duque de Lafões ao marquez de Solano:—«Para que nos havemos de bater?» dizia o duque», Portugal e a Hespanha são duas bestas de carga. A Inglaterra nos excita a nós e a França vos aguilhoa a vós. Agitemos e toquemos pois as nossas sinetas; mas, por amor de Deus, não nos façamos mal algum. Muito se ririam em tal caso á nossa custa».

Que Portugal e a Hespanha foram, como diz o povo, dois paus mandados não tem que vêr. Mas parece que Solano, o mesmo que servira ao lado dos nossos como coronel em 1793, não esteve pelo engraçado conselho de Lafões. Não tocou as sinetas tocou *as caixas de rufo*, e o proprio duque de Lafões poderia testemunhar se tinha ido ou não a toque de caixa até Abrantes, e nem mesmo ahi parou por isso que fugio para Santarem abandonando o exercito e não parando senão em Lisboa!

O exercito portuguez estava indisciplinado, os chefes não acreditando na guerra não se preparam para ella, os soldados vinham da fronteira a Lisboa sem licença dos seus superiores, enxameiavam n'elle estrangeiros que não obedeciam a ninguem...

A campanha durou pouco mais de dezoito dias e perdeu-se Olivença, Juromenha, Campo Maior, Monforte, Arronches, Castello de Vide, Ouguella e Barbacena. Póde dizer-se, sem pretender enflorar de novo a aureola do martyriologio de Gomes Freire, que, alem do conde de Castromarim, só elle honrou o exercito e salvou Portugal de uma perda completa n'aquella desgraçada guerra.

Se não fossem as conquistas feitas por Gomes Freire de Andrade no norte do reino, tudo estava perdido. A 14 de junho, Gomes Freire, invadio a Hespanha, tomou as aldeias de Bosaens e de Fizera. E o exercito hespanhol, apesar de superior em força, recuou sempre em frente do arrojado Gomes Freire. Os habitantes da Galliza não davam logar a que o exercito de Carlos IV readquirisse a força moral perdida, por isso que a brigada de Gomes Freire era por elles recebida aos gritos de *Viva Portugal! viva a rainha fidelissima!* E tudo isto conseguia Gomes Freire apenas em quatro dias com uma columna de ataque de dois mil homens, n'uma rapida marcha, como só depois o fizeram os marechaes de Napoleão!!...

Escusado será dizer que nem o general La Rosiére, nem o tenente general Ordaz de Queiroz ou o marquez de Alorna, apoiaram a invasão de Gomes Freire na Galliza, e menos lhe mandaram uns soldados sequer a cubrir-lhe a retirada, caso fosse obrigado a entrar rapidamente em Portugal...

Com as brilhantes operações do general Gomes Freire no norte, conseguimos que em troca das povoações, tomadas por nós na provincia hespanhola da Galliza, nos fossem entregues Campo Maior, Juromenha, Arronches e Monforte.

E foi este o homem que, annos depois, era condemnado á morte por traição á Patria!!!

Pois, quanto a nós, se Gomes Freire tivesse o commando das forças portuguezas no Alemtejo, as cousas não teriam tomado o rumo que levaram nas mãos do caduco Lafões e do velho maleavel João Forbes Sekellater. Assim como entendemos que não foi a sorte das armas que nos arrebatou Olivença, essa terra querida; pois quem a entregou a Carlos IV, foi o futuro D. João VI, e tanto é assim que sua alteza real o principe regente, em seguida ao tratado de paz de 6 de junho, na declaração de 8 do mesmo mez, e, de modo mui claro no artigo 3.º sobre a cessão da praça de Olivença e seu territorio, diz o plenipotenciario portuguez que essa cessão só podia ter effectividade com expressa annuencia do principe regente»... *ratificação* de S. A. R. o principe regente, ou a *sua absoluta denegação...*»

Ora como não houve denegação da parte de D. João é claro que foi elle o doador de Olivença ao senhor D. Carlos IV o infeliz marido da rainha D. Maria Luiza.

*
* *

Nos proximos artigos procuraremos ver como Gomes Freire de Andrade justamente se irritou contra a subserviencia dos aulicos da côrte, e como foi natural a sua attitude deante da obsecação das classes dirigentes que nunca o comprehenderam e sempre o odiaram por inveja da sua superioridade que insensivelmente avassallava os bons e os homens de esphera illustrada.

(Continúa).

Manoel Barradas.

O DRAMA «D. AFFONSO VI» E O SEU AUCTOR

II

O AUCTOR

(Continuado do n.º antecedente)

Eu não conheço em theatro *successo* maior e mais justo de que o *successo* da peça de D. João da Camara, como não conheço no reportorio contemporaneo de nenhuma das litteraturas theatraes mais ricas da Europa muitos dramas que se possam pôr a par d'esse drama.

E não conheço pela razão simples d'esse drama ter triumphado ao mesmo tempo como trabalho litterario, como estudo historico, como producção theatral.

Esse seu triplice triumpho é para mim o segredo do seu excepcional successo, é o que lhe dá o lugar d'honra entre as obras primas da litteratura nacional.

O *D. Affonso VI* revela n'uma só revelação um grande poeta, um erudito investigador, um brilhante author dramatico.

Impeccavel na fórma, a fórma mais litteraria de todas, o verso, mas o verso em que ha deslumbramentos de talento, em que a riqueza da rima se casa á riqueza da idéa, em que o mais aprimorado processo se alia á mais brilhante inspiração, o drama de João da Camara é um trabalho historico de primeira ordem, a resurreição d'uma epoca, feita com toda a sciencia d'um erudito e com toda a elegancia d'um moderno, é uma composição theatral de mestre em que a acção se enreda e se desenvolve com notavel logica e com seguro effeito, em que o elemento comico se entrelaça ao elemento dramatico com a arte completa e habilissima d'um homem de theatro, absolutamente senhor do seu officio, conhecedor de todas as regras da sua arte, de todos os segredos da sua profissão.

E precisamente esta ultima qualidade, que mais directamente se impoz ao publico, deu á peça o seu colossal successo, foi a que mais nos surprehendeu e maravilhou a nós, que ha muito tempo conviviamos com João da Camara e conheciamos o seu talento enorme.

Que elle era capaz de fazer uma obra prima-litteraria, sabiamos nós: que era capaz de encher cinco actos de magnificos versos, que era capaz de estudar a serio uma época historica, de nos apresentar um trabalho litterario precioso, do mais subido valor, nem por um instante o duvidavamos; agora que elle, completamente leigo em theatro, tendo apenas feito umas pequeninas comedias, cujo merecimento era todo da linguagem, dos effeitos do dialogo, fosse capaz de fazer de repente uma peça theatral de primeira ordem com toda a sciencia profissional d'um mestre consumado, era que nós estavamos longe de suspeitar, foi o que mais do que tudo nos surprehendeu no *D. Affonso VI*.

E ao mesmo tempo que nos surprehendeu revelou-nos, por que sabemos, que essa sciencia dos effeitos theatraes, de que o *D. Affonso VI* é prova eloquente, não foi bebida em profundos e demorados estudos d'obras dramaticas, nem adquerida n'uma longa practica de arte do theatro—revelou-nos, diziamos, um auctor dramatico *hors-ligne*, uma das mais extraordinarias intuições theatraes que conhecemos, por quanto advinhou n'esse seu primeiro trabalho de grande folego, todos os segredos que só longos annos de exercicio e de tirocinio costumam revelar.

Pensámos em narrar aqui o entrecho do drama de D. João da Camara, mas desistimos d'esse trabalho, que alargaria demasiadamente este artigo, sem vantagem, pois além de todo o publico de Lisboa ter visto o *D. Affonso VI* a peça está no prelo e em breve andará nas mãos de todos que se interessam por coisas litterarias e theatraes.

D. João da Camara não foi um escravo servil da historia, e sem adulterar os caracteres dos seus personagens nem os factos que foi buscar para seu assumpto, adaptou-os ás exigencias dramaticas do seu trabalho, juntou a esses personagens e a esses factos os factos e os personagens que foi buscar á sua imaginação, mas a que teve a arte difficil de dar a côr e o tom da época.

Como vigor dramatico é o terceiro acto do *D. Affonso VI* aquelle em que mais se sente a poderosa individualidade do dramaturgo; o 1.º e o 4.º são dois magnificos quadros do tempo, vibrantes de colorido e de pittoresco.

O duello á luz da lanterna no 1.º acto, e o caldo da portaria do convento, no 4.º, são duas magnificas telas de costumes da epoca.

Nos *croquis* que o Occidente já publicou, referentes á peça de D. João da Camara, estão notadas essas duas scenas, como tambem a das reclamações da nobreza, clero e povo no 2.º acto, a da orgia, no 3.º, e a da morte de Simão Peres no ultimo.

Do desempenho já dissemos quando escrevemos da peça n'uma das nossas chronicas: é excellente por parte de todos os artistas, e magnifico por parte de Augusto Rosa, que fez do papel de Simão Peres, uma das melhores creações dramaticas do nosso theatro, João Rosa no conde de Castel Melhor, Brasão no do rei, Rosa Damasceno no de rainha, Amelia da Silveira no de Magdalena, e Augusto Antunes no de Braz.

E para terminar este rapido esboço ácerca da peça, que de nosso tempo maior e mais peristente successo tem tido no theatro de D. Maria, damos em seguida, com a devida venia, uma das scenas da peça, que mais effeito produzem no publico, a scena do conde de Castel Melhor e D. Affonso scena que tambem reproduzimos nos nossos croquis e que tem um desempenho magistral por João Rosa e Brasão, no theatro de D. Maria.

Eil-a:

EL-REI e depois CASTEL-MELHOR e BRAZ

EL-REI *(chamando)*

Conde!... Braz!...

(Entram Castel-Melhor e Braz)

Sinto n'alma um balsamo celeste!

CASTEL-MELHOR *(como concluindo da phrase de el-rei)*

Deixei de ser ministro.

EL-REI *(admirado)*

Ah!... Sim. Como o soubéste?
Adivinhas? Ouviste?

CASTEL-MELHOR

Era fatal.

EL-REI

Submerso
Em duvidas vivia.

CASTEL-MELHOR *(ironico)*

Agora é bem diverso.
Fugi, duvidas, que, ante a multidão que pasma,
Vae despir a Verdade as roupas de phantasma!
(dominando-se)
Senhor, peço perdão:

EL-REI

Não te percebo.

CASTEL-MELHOR

E' triste
Que veja um sonho aluir quem só por elle existe;
E mais triste é tomar como esplendor ethereo
A luz das podridões no chão d'um cemiterio.

EL-REI

Repito : não percebo.

CASTEL-MELHOR

Ah ! demais sei que nunca
Vos doeu n'essa carne a unha do tigre adunca.
Mas eu, que sinto em mim o sopro de Deus Padre,
Só tendo em mente a patria e a gloria que lhe quadre,
Contra a fera a rugir, das pedras fiz soldados,
Em lanças mil forjando o ferro dos arados.
Era o paiz pequeno ; impavido o meu cantico,
Voando sobre o mar, foge aos confins do Atlantico,
E o imperio, que era vosso e que morria exhausto,
Resurge á minha voz e vê do sol o fausto !

EL-REI *(sombriamente)*

Mais vale a paz interna.

CASTEL-MELHOR

E inda mais vale a morte,
A paz sem fim. Quereis que nada vos importe ?
Morrei. Mas se n'ess'alma inda um vislumbre resta
De razão que vê claro, e d'honra que protesta,
Vos lembre quanta vez nos dias de revezes,
Espumando no enxurro o crime envolto em fezes,
Vinheis pedir, cobarde e tremulo de susto,
Que arriba vos erguesse o braço meu robusto.

EL-REI *(colerico)*

Conde ! Conde !

CASTEL-MELHOR

Escutae. Nada de vós impetro !
Eu fiz da minha lama o oiro do vosso sceptro,
E da minha deshonra eu fiz a vossa gloria !...
Julgaes inda mandar-me, avantesma irrisoria !

EL-REI *(no auge da colera)*

Como fallas vê lá, que sou rei por emquanto.

CASTEL-MELHOR

Não sois reis para mim. Ungido do oleo santo,
Se o fostes algum dia, o que o diabo contesta,
De rastos pelo chão, raspascel-o da testa,
Quando imploraveis, louco e em sordida lamuria,
O altar onde se erguia o espectro da Luxuria.
Ah ! Rei ! .. Pensaes talvez que a vossa força é vossa ?
Ides vêr que matilha agora vos acossa,
Como um manto real se rasga em mil farrapos,
E que dente damnado ha de roer-lhe os trapos.
Quem vosso olhar embruxa e a vossa mente enerva,
Que assim olhaes, sorrindo á perfida caterva ?
Que droga vos trasmuta—oh ! louco desarranjo!—
Um covil n'um solar e Satanaz n'um anjo !
Em musica celeste o triste cantochão
D'um martello a pregar as taboas d'um caixão?
A peçonha n'um beijo, o abysmo n'um regaço,
O algoz em tanto amigo e a corda em tanto abraço!
Acalentae no seio a peçonhenta cobra,
Vereis como revive e brava se desdobra !
E' justo, é bem, deixal-o, é de molde o castigo,
Que antes mordestes vós a minha mão d'amigo !
Nada entendeis ! Sois vario e cego como a plebe!
Hi fóra alguem talvez me escuta que percebe.
Como um ebrio dormis junto aos degraus do throno ;
Que importa se alguem sóbe e não vos tira o somno ?
Que importa se vos pisa, esmaga suja e mata,
Se os males d'esta vida um sonho bom resgata ?
Que officio tão glorioso achastes vós por fim !
Sois capacho dos mais !.... Não sois rei para mim !
....

Gervasio Lobato

INSTITUIÇÕES SOCIAES PORTUGUEZAS

VII

A CENSURA DOS LIVROS E A DIRECÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO PUBLICO

(Concluido do n.º 407)

Em 1884 o ministerio Fontes-Barjona entendendo que esta reforma era insuficiente e não attingia aos fins a que se propunha ; vendo que a Junta poucas vezes se reunia, estando além d'isso reduzida a meia duzia de vogaes pelo fallecimento d'uns e doença d'outros, resolveu dar-lhe uma nova orientação remodelando-a com os elementos constitutivos das reformas de 7 de junho de 1859, 14 de outubro de 1868 e 14 de dezembro de 1869 e n'esse sentido appareceu a carta de lei de 23 de maio de 1884 que extinguindo a Junta Consultiva creou um novo «Conselho Superior de Instrucção Publica» composto de duas secções, uma de nomeação regia, ou permanente, tendo 12 vogaes tirados d'entre os individuos mais distinctos nas funcções administrativas da instrucção publica, outra de nomeação popular ou electiva, composta de 22 delegados da seguinte forma,

5 eleitos pelas cinco faculdades de Coimbra.
2 pelas escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto.
1 pela Escola Polytechnica.
1 pela Academia Polytechnica do Porto.
1 pelo Curso Superior de Lettras.
1 pelo Real Observatorio Astronomico.
1 pelo Archivo da Torre de Tombo.
2 pela Academia das Bellas Artes.
1 pelo Observatorio.
3 pelos Lyceus.
2 pelas circumscripções de instrucção primaria.
2 pelos collegios e escolas de ensino livre.

A cada um dos vogaes seria dada a gratificação mensal de 30$000 réis (gratificação, ultimamente elevada a 45$000 réis).

É das attribuições do conselho :

1.º descutir e approvar ou reprovar as providencias propostas pelos vogaes da secção electiva.

2.º: redigir os programmas de instrucção primaria e secundaria.

3.º: revêr os programmas de instrucção superior.

4.º: approvar os livros para as aulas.

5.º: dar parecer sobre os negocios em que fôr consultado pelo governo.

6.º: Organisar o relatorio geral e documental-o.

Recapitulando temos a celebre Real Mesa Censoria, instituição pombalina abolida pelo governo que succedeu á quéda do marquez de Pombal, para dar logar de honra á Real Mesa da Commissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, que pouco depois foi substituida pela Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escholas do Reino em Coimbra.

Pela implantação do regimen constitucional em 1834, tivemos o Conselho Geral de Instrucção Publica; pelo governo popular de Passos Manoel o Conselho Geral director do Ensino Primario e Secundario, instituido em Coimbra ; pela restauração da Carta em 1842, o Conselho Superior de Instrucção Publica ; pela regeneração, o Conselho Geral de Instrucção Publica substituido no gabinete reformista por uma conferencia escholar. Em 1869 foi creada a Junta Consultiva, e, finalmente, em 1884, o Conselho Superior de Instrucção Publica, que ainda vigora.

De todas estas leis organicas e de modificação, não contando outras innumeraveis reformas que tem tido o ensino primario e secundario no nosso paiz, vemos que esse importante ramo de serviço publico — a Instrucção Nacional — é o de mais palpitante interesse para um povo, porque n'elle vae o seu desenvolvimento intellectual e portanto a fonte principal da sua riqueza e a prosperidade da sua força e vitalidade.

Toda essa succesão de factos, que mais ou menos activamente teem tendido a formar uma cruzada permanente contra o inimigo commum, que tenta avassalar as nações : — A IGNORANCIA — resulta a necessidade imperiosa, impreterivel, indeclinavel de não affrouxarmos no caminho das reformas, de as modificar, corrigir, aperfeiçoar tanto quanto possivel, para assim corresponder-mos ao conselho que nos dá o indefesso propugnador da instrucção nacional e brilhante estylista : D. Antonio da Costa.

«Lutae, amigos, luctae. Hoje sois a miseria que tem rasão ; amanhã sereis o poder que tem a força.[1]

Silva Pereira.

[1] A data em que foi escripto este artigo ainda não havia apparecido o decreto dictator'al, que de novo creava o ministerio de instrucção publica.

REVISTA POLITICA

O facto mais importante occorrido n'estes ultimos dias na politica portugueza, foi a abertura do parlamento, no dia 19 do corrente, um dia primaveral que veio pôr termo a esses dias tempestuosos, que impertinentemente vieram perturbar a morna e luminosa primavera d'este bello paiz.

Oxalá que as bonançosas auras que bafejaram aquelle dia solemne sejam de bom agouro para o que se vae seguir no seio da representação nacional.

Oxalá que tantas nuvens accumuladas no céu da patria durante os ultimos mezes, se desfaçam serenamente sem se desencadearem em violentas tempestades.

Que aquellas sessões tumultuosas e improdutivas, de que ainda se conserva memoria, sejam substituidas pela discussão elevada e sabia d'onde dimanasse luz e beneficios para a boa administração publica.

Muitas são as questões a tratar do mais momentoso interesse e alcance e mal irá ao paiz e ás instituições se a camara se perder em discussões esteries, e não empregar os seus melhores cuidados na discussão das questões importântes que tem a resolver; como são a da defeza nacional, a do nosso dominio colonial e a da fazenda publica.

São estes os tres pontos mais importantes a que se refere o discurso da corôa, e são estas effectivamente as necessidades mais momentosas que tambem a opinião publica aponta.

Para attender a estas necessidades são precisos recursos extraordinarios que tem de se ir buscar ao credito e ao contribuinte.

A isto allude o discurso da corôa quando diz:

«Com este fim vos apresentará o meu governo diversas propostas de lei, melhorando algumas fontes de receita, de modo a obter d'ellas o maximo producto, sem aggravar sensivelmente a situação dos contribuintes.»

Eram de esperar estas medidas financeiras e oxalá que ellas possam equilibrar de vez o orçamento fazendo desapparecer esse defict ordinario que ha tantos annos é o pão nosso de cada dia.

A situação desafogada do thesouro é a maior garantia do credito a que necessariamente o paiz terá de recorrer para prover as medidas extraordinarias da defeza nacional e do dominio colonial.

Com respeito ao dominio colonial, promette o discurso da corôa o projecto para um caminho de ferro de Mossamedes a ligar com o interior da Africa occidental.

Este caminho de ferro ha muito que é reclamado como um dos agentes mais directos para a colonisação do anterior da Africa.

Com respeito á defeza nacional parece que o governo não apresentará mais nada além do que decretou em dictadura

Com respeito ás finanças temos a promessa de que o governo tratará de regular as despezas ordinarias de modo a que ellas não excedam ou mesmo egualem as receitas tambem ordinarias.

O conseguir isto seria a solucção de um problema que ha mais de trinta annos assoberba o thesouro, mas o tempo se encarregará de fazer a critica d'estes projectos, que os bons desejos do governo levem a prometer e que o paiz ardentemente desejaria vêr em pratica.

Um outro ponto do discurso da corôa era esperado com verdadeira curiosidade e interesse, e vinha a ser o que se referisse ao estado da pendencia com a Inglaterra.

Infelizmente, porém, as declarações feitas sobre este ponto pouco ou nada adiantam e apenas temos a promessa de que a questão se resolverá honrosamente entre os dois paizes, para o que continuam as negociações entre os governos de Portugal e de Inglaterra. No entanto chegam-nos noticias um ponco mais animadoras sobre a questão, que parece vae perdendo a irritabilidade a que tinha chegado e entrando n'um caminho de conciliação mais favoravel.

A chegada de Serpa Pinto e a sua apresentação no parlamento, é de esperar que esclareça alguns pontos obscuros d'esta questão, em que o paiz tem empenhado os seus melhores brios, e que tão justamente o tem despertado da indiferença em que por tantos annos se tem quedado.

João Verdades.

RESENHA NOTICIOSA

Grande subscripção Nacional.—Está em 261 contos de réis a subscripção em Lisboa.

A subscripção promovida pelas Senhoras Portuguezas, está em 15 contos de réis.

Esquadra Allemã no Tejo — Esteve ha dias no nosso porto uma esquadra allemã, composta de cinco navios, sendo quatro couraçados e um cruzador protegido. Os couraçados são: *Kaisser* de 7:676 toneladas, 8:000 cavallos, com o andamento de 14,60 milhas, 15 canhões e 638 praças, commandado pelo capitão de fragata Holmann; este navio tem inçada a insignia de contra-almirante commandante da esquadra; *Deutschland*, de 7:676 toneladas, 8:000 cavallos com andamento de 14,15 milhas, 15 canhões e 640 praças, commandado pelo capitão de fragata Von-Reiche; *Frederick der Grosse*, 6:770 tonelada, 5:400 cavallos com o andamento de 14 milhas, 6 canhões e 520 praças, commandado pelo capitão de fragata conde de Hangurtz; *Preusen* de 6:770 tonelladas, 5.400 cavallos com o andamento de 14 milhas, 6 canhões e 540 praças, commandado pelo capitão de fragata Teysity. Estes tres primeiros couraçados foram construidos em 1874 e o ultimo, em 1873.

O cruzador *Irene* construido em 1887 de 4:400 toneladas, 8:000 cavallos com o andamento de 18 milhas, 14 canhões e 360 praças, commandado pelo principe Henrique irmão do actual imperador da Alemanha.

O principe Henrique é capitão de fragata e veio acompanhado pelo seu ajudante, o capitão Von-Usedon, do medico o dr. Thoerner e de dois criados.

O total da guarnição d'estes navios é de 2:698 homens.

O principe Henrique antes de vir a Lisboa, visitou a Italia onde teve uma entrevista com o rei Humberto, e esteve em Cadiz d'onde se dirigiu a Madrid a comprimentar a rainha regente.

Em Lisboa, Sua Alteza visitou El-Rei D. Carlos e jantou no palacio de Belem no dia 12 do corrente, um jantar intimo sem caracter official. Sua Magestade tinha projectado um passeio a Cintra no dia 13, em companhia de Sua Alteza, mas que não se realisou em consequencia do mau tempo; pelo mesmo motivo não poude ir a bordo do *Irene* na manhã do dia 14, Sua Magestade almoçar com Sua Alteza o principe Henrique.

A esquadra que entrou no Tejo no dia 10 sahiu no dia 15 com destino a Kiel, tendo-se demorado apenas 6 dias no nosso porto.

Novo ministro de Portugal em Vianna d'Austria — Foi nomeado ministro plenipotenciario de Portugal junto da côrte de Vienna d'Austria, o sr. conde de Valenças, digno a todos os respeitos de tão elavada commissão.

O sr. conde de Valenças partiu com sua esposa e filhas para Vienna d'Austria, no *sud-espress* do dia 18 do corrente.

Na estação de Santa Apolonia reuniram-se numerosas pessoas da familia e das relações do illustre titular a darem as boas despedidas.

Viam se ali as Ex.mas Sr.as D. Guilhermina Anjos, D. Laura Guimarães, condessa de Thomar e filhas e os Ex.mos Srs. conde de Thomar, Pereira Soares e esposa, Polycarpo Anjos e esposa, Polycarpo Pecquet Anjos, esposa e filhas, conde de Faule Alva, dr. Pessoa de Amorim, esposa e filho Joaquim Leite Jardim e esposa, Henrique Martins, ministro d'Austria Mr. Baron Gradel e Sarroy, Cypriano Jardim, Hintze Ribeiro, ministro dos estrangeiros e esposa, Taxeira de Carvalho, Henrique Jardim, Zepherino Brandão e esposa, Bernardo Pindella, Brito Aranha, Caetano Alberto e esposa, Moreira Marques, Antonio Augusto Rodrigues, esposa e filha, Freitas Jacome, Dr. Gusmão, ministro da Belgica, Dr. Hintze Ribeiro, Dr. Mira Mendes, Dr. Lourenço d'Almeida Azevedo, Joaquim Martins Leite, Dr. Mendes Monteiro, Alves Diniz, conselheiro Franzini, Dr. Deusdado, Dr. Pereira Leite, Carlos Eugenio d'Almeida e esposa, Affonso Vargas, Julio de Magalhães, Costa Pedreira e esposa, Gervasio Lobato e esposa, Julio de Vilhena, ministro da marinha, Bulhão Pato, Luiz Filippe Leite, Bandeira de Mello, condes de Nova Gôa, condes das Antas, D. José de Menezes e esposa, Pitta, Antonio de Avellar, e muitas outras pessoas de que não foi possivel tomar nota.

PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos:

A semana de Lisboa, *revista politica, litteraria e noticiosa* de que temos recebido até ao n.º 7. Desejamos longa vida ao distincto collega.

Relatorio da commissão administrativa do Real Hospital de creanças Maria Pia no anno de 1889. Porto — Instituição nascente que já produz optimos fructos, portegida por Sua Magestade a Rainha D. Maria Pia e pela primeira sociedade portuense.

Cartas e publicações, *relativas ao fallecido dr. José Barbosa Leão, que, em memoria do seu saudoso irmão, reuniu e mandou imprimir*, Manoel Barbosa Leão, bacharel formado em theologia e thesoureiro-mór da insigne collegiada de S. Martinho de Cedofeita. Porto, 1889. Folheto de 120 paginas, justo preito de saudade ao illustre morto.

Ao Paiz, *os acontecimentos do dia 11 de fevereiro e a amnistia* por Manuel de Arriaga.

O COURAÇADO VASCO DA GAMA

Vid. art. — Apontamentos sobre a Marinha de Guerra dos diversos paizes

Adolpho, Modesto & C.ª — impressores